



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Borges Poletto, Letícia

Trajetórias de vida e violência conjugal: interlocução entre a denúncia e a ressignificação

Educação Unisinos, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 141-143

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644339015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Resenha

Trajetórias de vida e violência conjugal: interlocução entre a denúncia e a ressignificação

Trajectories of life and conjugal violence: Interlocution between the complainant and the resignification

Letícia Borges Poletto
leticiabb@gmail.com

STECANELA, N.; FERREIRA, P.M. 2011. *Mulheres e narrativas identitárias – mapas do trânsito da violência conjugal*. Caxias do Sul, Ed. EDUCS, 167 p.

A obra *Mulheres e narrativas identitárias mapas do trânsito da violência conjugal* é uma produção conjunta de Nilda Stecanelha e Pedro Moura Ferreira¹ publicada pela editora EDUCS, em 2011. Esta obra que tem como temática a violência contra a mulher dá complementaridade a outro texto produzido pelos mesmos pesquisadores no ano de 2009, intitulado “Mulheres e direitos Humanos: desfazendo imagens (re) construindo identidades.” O livro que se propõe resenhar é um trabalho que contempla, em seus três capítulos, histórias de vida de mulheres que foram, e em alguns casos ainda são, vitimizadas pela violência do companheiro. Os autores do estudo fazem uma análise criteriosa sobre a violência de gênero, valendo-se de narrativas diretas e indiretas de mulheres vítimas de violência conjugal, numa linguagem acessível a um leitor comum e também do meio acadêmico. Para além das histórias narradas e da interpretação de cada caso à luz de uma teoria atualizada, o texto traz significativa contribuição metodológica, a partir das narrativas identitárias e reflexivas que propõe analisar.

O propósito da obra foi seguir os percursos das vítimas de violência, dando ênfase a quatro histórias bem diversificadas de mulheres que foram além da denúncia traçando e reproduzindo, a partir de suas narrativas, os significados culturais da violência. O texto apresentado em *Mulheres e narrativas identitárias* procura ultrapassar o processo de “vitimização”, possibilitando ao leitor o entendimento dos entremeios que levam à situação da violência praticada.

O capítulo 1 do livro intitulado *Violência, gênero e relações íntimas*, trás questões que vão para além da violência unilateral², no sentido que abre possibilidades de analisarmos a violência de gênero em vários contextos. Dentre os conceitos de violência citados surgem os conceitos de *terrorismo íntimo, resistência violenta, violência situacional do casal e violência mútua de controle*. Ao trabalhar a ideia de *terrorismo íntimo* os autores do estudo sustentam que a violência é praticada, na grande maioria das situações, pelo homem com o intuito de exercer controle sobre sua parceira; já a *resistência*

¹ Nilda Stecanelha é doutora em Educação, Diretora do Centro de Filosofia e Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS)/Brasil. Professora na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Coordenadora do Observatório de Educação e do Programa Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião no Polo Rio Grande do Sul. Pedro Moura Ferreira é doutor em sociologia, investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Portugal e membro do instituto do Envelhecimento da mesma universidade.

² De acordo com os autores a violência unilateral se traduz em uma relação de domínio do homem sobre a mulher, ou se essa também pode assumir uma direção inversa ou contornos igualitários (p. 19).

violenta descreve as situações de violência reativa em que a vítima, normalmente a mulher, resiste e responde à violência de seu parceiro; a *violência situacional do casal* é provavelmente, segundo os autores, o tipo mais comum de violência, uma vez que nas relações íntimas existe espaço para o conflito e quando este se desenvolve numa escala crescente de provocações pode degenerar em agressão física; por fim, a *violência mútua de controle* é o tipo menos comum, segundo Stecanela e Ferreira, uma vez que nesse tipo de violência ambos os parceiros se envolvem em um exercício de controle, que leva a identificação de ambos como terroristas íntimos. O capítulo um apresenta ainda as dimensões teóricas de gênero, evidenciando três referências salientadas pela literatura que abordam a relação entre gênero e violência nas relações íntimas, quais sejam: as teorias individualistas, interacionistas e estruturais.

Após abordarem as teorias que cercam a questão do gênero e da violência nas relações íntimas, os autores trazem *Nos rastros da violência conjugal – capítulo 2* - a metodologia que foi utilizada para a pesquisa, possibilitando ao leitor, em uma perspectiva qualitativa, conhecer as características de estudo de caso, que segue a investigação das trajetórias de mulheres que têm em seus percursos a experiência da violência conjugal. É neste capítulo que Nilda e Pedro indicam que foi possível construir essa pesquisa através do cruzamento entre as entrevistas narrativas, para as quais utilizaram questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas, e os dados quantitativos, construídos através da análise de 340 Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia Especializada para atendimento à mulher na cidade de Caxias do Sul.

Não obstante, é necessário salientar que Stecanela e Ferreira tiveram nesse estudo a possibilidade de penetrar nos territórios íntimos da violência de gênero e observar nas histórias narradas os usos e consumos que as mulheres fizeram do aparato legal, enquanto táticas construídas para se afastar e/ou conviver com a violência conjugal.

No capítulo 3, *Narrando histórias: trânsitos, identidades e violência*, acontece a descrição dos fragmentos de vida, acompanhados desde o ano de 2008. As histórias narradas demarcam uma singularidade, uma vez que ultrapassam o momento da denúncia e da “teoria do susto” e caminham em direção à reconstrução identitária: “As mulheres aqui retratadas passam por um processo de mutação nos seus papéis sociais e na forma como aprenderam a ser mulher, em associação direta com um deslocamento de identidades”, salientam os autores (p. 155).

Em *Mulheres e narrativas identitárias: mapas do trânsito da violência conjugal* são apresentadas as experiências de vida de quatro mulheres, identificadas

com codinomes e qualificativos que remetem aos seus percursos pelas rotas da violência de gênero: Maria do Sofrimento: a peregrina nos labirintos da rede; Maria da Indignação: a (in)conformação com a (in)justiça; Maria da Superação: o virar da página e; Maria dos Anjos (perversa): a interceptação da violência. Nas quatro histórias de vida que os autores nos apresentam, em cada situação narrada pelas mulheres que protagonizam o livro, é possível transcender as situações individuais e perceber o cotidiano de uma época e de uma determinada cultura, desde os micro espaços de convivência até às dinâmicas das instituições e dos setores de proteção à mulher vítima de violência.

Maria do Sofrimento, foi o caso que mais impactou, visto a sua longa caminhada pela rede de proteção. Essa mulher de 47 anos experienciou a violência desde a sua infância, vitimizada pelas agressões do genitor. A experiência da submissão e da humilhação a colocou no alvo da ira masculina e se perpetuou em seus percursos, marcado pela escolha do marido que a violentava de várias formas, inclusive sexualmente. Sua postura diante de tais agressões era o silêncio que foi rompido somente após mais de 20 anos convivendo com a situação da violência, que lhe acarretou em danos psíquicos e em uma internação psiquiátrica. Os fragmentos da história de vida de Maria do Sofrimento indicam elementos importantes para a avaliação das políticas públicas, assim como para a postura metodológica do pesquisador, observando o caráter reflexivo da entrevista em profundidade e da pesquisa realizada em médio e longo prazo.

Nas narrativas de Maria da Indignação, os autores referem que logo nos primeiros contatos com esta mulher pode-se perceber que a mesma possuía um nível de instrução acima da média, assumindo a sua história sem rodeios, isto é, um casamento falido e o nascimento de um novo relacionamento que, quando confirmado pelo companheiro, desencadeou a agressão, a raiva e a violência, fatos que ocasionaram na formalização da denúncia. No entanto, essa situação perpassou por dois processos judiciais, de um lado o criminal e de outro na Vara de Família, que visava a resolução da separação litigiosa e a guarda dos filhos que permaneceram aos cuidados do genitor, que não satisfeito entrou com pedido de indenização por danos morais. Segundo a compreensão dos autores “a violência perpetrada não é chamada para a compreensão das relações conjugais e familiares, nem é tida em conta para a atribuição da custódia e das obrigações econômicas” (p. 90), sendo assim, esta narrativa perplexa - no que concerne às questões da justiça, pois a mulher deixa de ser vítima e passa a ser ré - no sentido que revela o sentimento de injustiça em função da divisão dos processos criminais e familiares.

Cada história narrada nesta obra, trás questões importantes sobre a violência nas relações. A experiência de *Maria da Superação* que mesmo tendo o entendimento que as atitudes violentas do marido aconteciam em função de seu temperamento étnico e as influências culturais, tinha medo dos comportamentos e das condutas que poderiam ser praticadas pelo companheiro³. De acordo com os autores “o medo é um argumento dissuasor da denúncia, talvez mais forte do que a dependência econômica ou a pressão normativa” (p. 94). Mas esta Maria, mesmo com medo, conseguiu realizar a denúncia e solicitar medida de proteção, contudo, o companheiro foi autorizado a trabalhar no terreno aos fundos de sua residência, fator que complexificou a situação, pois acabava tendo contato diário com Maria e com os filhos. Não obstante, a separação de um casal abrange também a disputa sobre os filhos e os bens dos casais, e nesse caso, a entrada de outro sistema de garantia de direito, o Conselho Tutelar, que investigou a suspeita de abuso sexual intrafamiliar (pai – filha). Após várias intervenções da rede de atendimento e do sistema de garantia de direitos, Maria teve a oportunidade de permanecer com os filhos e “olhar para frente” o que significou ter uma fonte de renda própria e não depender da pensão do ex-cônjuge fato que possibilitou que a vida de Maria fosse “escrita por outra página, por ela mesma” (p. 106).

Por último, surge a narrativa de uma mulher que a partir de sua história pessoal narrou o seu protagonismo em rotas paralelas às políticas públicas de proteção à mulher em situação de violência de gênero. *Maria dos Anjos – Perversa* – ao ser emancipada aos 13 anos de idade acabou deixando a escola e tornou-se dona de casa, fase que durou apenas por um tempo, uma vez que, após fugir da fúria do marido conseguiu ingressar no mercado de trabalho informal e também auxiliar e “aconselhar” mulheres que eram vitimizadas pela violência doméstica. A história de Perversa, apelido adquirido no momento de fúria de um agressor (marido de uma vizinha), mostra

que apesar da vida difícil e cunhada por muitas perdas e sofrimento, consegue escrever a sua história, marcando o seu “lugar” de forma que movimenta e luta pelo fim da violência e pela ressignificação do papel da mulher, sendo coadjuvante na interceptação da violência em percursos de várias mulheres.

Os autores, ao finalizarem, comunicam que as mulheres retratadas no livro “passam por um processo de mutação nos seus papéis sociais e na forma como aprenderam a ser mulher” (p. 155). Reitera-se, dessa forma, que o livro trás questões importantes. Embora publicado no ano de 2011, ainda apresenta grande relevância, de forma que possibilita repensar e questionar as questões do cotidiano vivido por mulheres em situação de violência. A abordagem dos autores caminha na contracorrente das tendências atuais da investigação sobre o tema, as quais privilegiam claramente as políticas públicas, e evidencia os territórios íntimos da violência de gênero desde a voz de quem os protagoniza, ou seja, as mulheres vítimas da mesma.

A narrativa construída pelos autores permite estabelecer um diálogo entre a teoria e as narrativas das entrevistadas, trazendo à tona trajetórias de vida marcadas pela dor e, em alguns casos, pela ressignificação do vivido, evidenciando cenas inusitadas e contemporâneas, despertando o interesse de pesquisadores da área, de gestores e de educadores. Trata-se de uma leitura esclarecedora que permite informar leigos, interessados no assunto e estudantes da área.

Referências

SAFFIOTI, H. 1999. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em perspectiva*, 13(4):82-91. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>

Submetido: 01/08/2012

Aceito: 30/11/2013

³ Saffiotti (1999, p. 84) exemplifica e corrobora com o entendimento dos autores quando menciona que “no grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça, a violência”.